

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE
RACIAL NA ESCOLA

Giovanna Cristina Gomes Ferreira

A EMERGÊNCIA PEDAGÓGICA DAS RELAÇÕES RACIAIS NA ESCOLA

Belo Horizonte

2016

Giovanna Cristina Gomes Ferreira

A EMERGÊNCIA PEDAGÓGICA DAS RELAÇÕES RACIAIS NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): Ana Amélia Laborne

2016

Giovanna Cristina Gomes Ferreira

A EMERGÊNCIA PEDAGÓGICA DAS RELAÇÕES RACIAIS NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): Ana Amélia Laborne

Aprovado em 09 de abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Nome orientador – Faculdade de Educação da UFMG

Nome do Convidado – Instituição a que pertence

RESUMO

Este presente trabalho visa discutir a invisibilidade da lei 10.639/03 na escola.

A gestão da educação, quando pensada numa perspectiva democrática, nos revela a necessidade de pensarmos uma escola que se caracterize não somente pelo gestor, mas que considere principalmente, a participação de todos os envolvidos, numa possibilidade de vivência e aprendizado da democracia. Desde 2003, a lei nº10.639 determina a obrigatoriedade da inclusão do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas de nível fundamental e médio no Brasil, públicas e particulares; mas, o que podemos perceber não é exatamente isso.

Existe o despreparo da escola em lidar com a Educação das Relações étnico raciais, muitas vezes dominadas pelo fruto de determinadas relações de denominações historicamente construídas. São barreiras que impedem a escola em adquirir maior autonomia no entendimento das questões raciais no Brasil, podendo ser interpretadas à luz de uma sociologia das ausências.

Para essa situação de invisibilidade da temática racial nas escolas, estamos, produzindo sociologias das emergências que buscam trazer à tona tudo que é intencionalmente submerso, e, fazer com que a escola insira uma real pedagogia das questões raciais.

Palavras-chave: relações raciais, educação, sociologia das ausências e das emergências.

ABSTRACT

This present study aims to discuss the invisibility of Law 10,639 / 03 in high school.

The management of education, when designed in a democratic perspective, reveals the need to think of a school that is characterized not only by the manager, but consider mainly the participation of all involved, a possibility of experiencing and learning about democracy. Since 2003, the law nº10.639 determines the mandatory inclusion of the teaching of history and African culture and african-Brazilian in elementary and high schools in Brazil, public and private; but what we see is not just that.

There is a school unprepared to deal with the education of racial ethnic relations, often dominated by the fruit of certain relations historically built denominations. Are barriers to school to acquire greater autonomy in understanding the racial issues in Brazil and could be interpreted in the light of a sociology of absences.

For this situation of invisibility of racial theme in schools, we are producing sociology of emergencies that seek to bring to light all that is intentionally submerged, and make the school enter a real pedagogy of racial issues.

Keywords: race relations, education, sociology of absences and emergencies.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
2. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A LEI 10.639/03: UMA SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS	10
2.1. PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	14
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
4. REFERÊNCIAS	19
5. ANEXOS	20

1. INTRODUÇÃO

Desde 2003, a lei nº10.639 determina a obrigatoriedade da inclusão do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas de nível fundamental e médio no Brasil. Consideramos de suma importância o conhecimento e prática da lei, visto que o ensino do nosso país negligenciou por um longo período a história e a contribuição dos povos africanos na formação da cultura e identidade brasileira. O que percebíamos era que o ensino no Brasil, muitas vezes se apoiava em teorias e metodologias desenvolvidas sob a ótica européia. Essa visão eurocêntrica, historicamente, reverberou a “invisibilidade” do negro na sociedade. Desde o período da escravidão estamos envolvidos em um contexto de discriminação e do preconceito racial. O racismo é fruto de determinadas relações historicamente construídas. Essas relações estão intimamente ligadas ao colonialismo, ao tráfico negreiro, e consequentemente à escravidão de milhares de africanos trazidos para o Brasil.

Segundo Marina de Melo e Souza, (2006) a escravidão é a situação na qual os sujeitos não podem transitar livremente nem podem escolher seu destino, sendo subordinados à vontade do seu senhor. O sujeito torna-se, dessa maneira um objeto e pode ser castigado fisicamente e vendido de acordo com os interesses de seus “donos”. Podemos encontrar repercussões das relações escravocratas até os dias atuais. Apesar de a escravidão ter sido abolida há mais de 100 anos, percebemos que a sociedade brasileira ainda trata com diferenciação os indivíduos com relação a cor da pele e de outras características fenotípicas, tais como tipo de cabelo e traços fisionômicos.

Pensando na escolarização formal, a Constituição Brasileira de 1988 estabelece que a educação é "um direito para todos, um dever do Estado e da família". Assim sendo, a principal mediadora da educação é a instituição escolar, juntamente com toda a comunidade escolar. Nesse sentido, cabe também à escola, recontar a história da população negra e promover os direitos culturais e educacionais de um povo na sua diversidade. Desenvolver uma ação educativa voltada para a formação de valores e posturas que contribuam para a formação do cidadão brasileiro é algo urgente em nossa sociedade. Portanto, a escola deve se preparar no que diz respeito a apropriação dessa responsabilidade, através de toda a comunidade escolar, e, principalmente através do corpo docente, atuando na adequação da atualidade e das características do corpo discente que irá receber.

Diante da necessidade de formação continuada constante, me sensibilizei ao observar o processo da educação em nosso país. Em 2007 surge a vontade de fazer uma graduação, voltada a lingüística (letras). Desde 2008, então, leciono Língua portuguesa na cidade de

Nova Lima/MG. Muito ligada e comprometida com meus alunos assumo a responsabilidade de tê-los não só como o corpo discente, mas também como seres humanos plausíveis a erros e acertos. Trabalho com adolescentes de aproximadamente 12 a 15 anos, fase crucial na construção da identidade. Pensando nisso, sempre disponho a traçar em minha profissão o aprendizado constante.

Chego no Curso de Especialização, Políticas de Promoção da Igualdade Racial na escola (EPPIR), no final do ano de 2014 com muita expectativa sobre a especialização focada na educação para as relações étnico-raciais. Isso porque a questão racial existente em nosso país sempre foi um assunto importante em meu cotidiano. No entanto, antes de conhecê-la de maneira mais aprofundada, nunca tive a coragem de tratá-la com tanta seriedade. Talvez esse seja um ponto interessante para se pensar a invisibilidade da questão racial na escola, pois ao longo da especialização, através dos estudos e práticas pedagógicas realizadas, pude perceber a complexidade de trabalhar essa temática na instituição escolar. Portanto, a Educação para as Relações Étnico Raciais ganha um novo cenário para mim a partir dos estudos intensificados, gerando um maior entendimento no que tange novas capacidades de socialização dentro e fora da sala de aula. Mais do que apenas ensinar gramática ou outros conteúdos focados nas pedagogias de dominação e subalternização, se faz necessário que o corpo docente repense sua prática pedagógica focada no corpo discente, utilizando novas formas de ensinamento/aprendizagem que contemplem as múltiplas vivências e experiências dos sujeitos que se encontram no processo educativo.

Boaventura de Sousa Santos (2009) aponta polarizações mais radicais para entendermos a construção da inferioridade dos outros e as pedagogias de inferiorização com que foram conformados. A moderna pedagogia opera em um sistema de distinções visíveis e invisíveis estabelecidas a partir de linhas radicais que dividem a realidade em dois universos distintos, irreconciliáveis: o universo “deste lado da linha” e “do outro lado da linha.” São divisões que, no limite, chegam a ser abissais impossibilitando o diálogo entre esses dois universos. Como será que essas divisões podem ser percebidas no ambiente educacional em nossos tempos?

Questões como a que coloco acima nos provocam a pensar o sentido da educação na medida em que acreditamos que formar cidadãos conscientes do mundo em que vivemos é algo permanente. Nesse trabalho pretendemos enfrentar algumas questões que se apresentaram inquietantes durante o referido curso de especialização. A falta da inserção do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na escola com afirmação; muitas vezes também, na falta de preparo do corpo docente, compromete o aprendizado do corpo discente,

o que interfere nas relações que devem ser tratadas e trabalhadas com afinco e seriedade. Tendo em vista a carência da escola perante estudos sobre a relação étnico-racial, este trabalho visa discutir o comprometimento as possibilidades da aplicação da lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.

Com algumas intervenções realizadas em toda comunidade escolar, tendo como foco principal o corpo discente, este trabalho tem como objetivo analisar a inserção do ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana com base na lei acima citada, questionando a discriminação racial existente principalmente dentro da escola.

2. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A LEI 10.639/03: UMA SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS

A educação está fortemente vinculada às matrizes diversificadas que formam nossa identidade nacional. Potencializa, nesse sentido, o estreitamento dos caminhos no que diz respeito a construção de valores positivos, questionando preconceitos e estereótipos que marcam alguns grupos sociais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição Federal de 1988. É a mais importante lei brasileira que se refere à educação, tendo sido aprovada em dezembro de 1996 e sendo composta por 92 artigos que versam sobre os mais diversos temas da educação em nosso país, desde o ensino infantil até o ensino superior.

Numa realidade assim estabelecida, visualizamos a escola como instituição social, que percebemos, como nos traz Rui Canário (2007), se apresenta como uma organização viva, que constantemente se altera, se modifica e se constrói. Vista dessa maneira, faz-se necessário pensar em uma escola plural, com múltiplos agentes. Nesta perspectiva, as finalidades políticas e pedagógicas que norteiam o trabalho da gestão escolar, podem ser articuladas com inúmeras discussões e decisões frente às ações, programas ou projetos a serem implementados pela escola.

No contexto dessas articulações, iniciam-se as discussões sobre a gestão democrática. A gestão da educação, quando pensada numa perspectiva democrática, nos revela a necessidade de pensarmos numa escola que se caracterize não somente pelo gestor, mas que considere principalmente, a participação de todos os envolvidos. A gestão democrática no sistema educacional público abre possibilidades para que se construa uma escola de qualidade, que atenda aos interesses da maioria da comunidade escolar, além de representar uma possibilidade de vivência e aprendizado da democracia, podendo, portanto, tomar um sentido diferenciado (Azevedo, 2006).

A partir da democratização da escola surgem novas formas de intensificar o processo de ensino/aprendizagem. O Projeto Político Pedagógico (PPP) surge como uma possibilidade de construir a identidade de cada escola e traçar caminhos que cada instituição deseja alcançar.

O PPP constitui-se em um imprescindível instrumento de intervenção na realidade escolar e de comunicação entre os sujeitos que interagem no cotidiano da instituição pois

reúne propostas de ações concretas a serem executadas durante determinado período de tempo, impulsionando politicamente na formação de cidadãos que atuarão na sociedade, e, organizando o processo ensino/aprendizagem.

A elaboração do PPP da escola pode ter um caráter de inovação emancipatória, diferindo da concepção reguladora e conservadora, onde a idéia e a construção do mesmo são concentrados. A visão emancipatória do PPP, conduz a um caminho da inovação e adequada a mudanças de acordo com a recepção do público alvo, o corpo discente. Deve expressar a identidade da instituição, bem como adequar-se às mudanças ocorridas na sociedade para a inovação nas práticas pedagógicas e processos de ensino e aprendizagem. Para Ilma Veiga (1995):

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar – se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

O projeto deve superar um simples agrupamento de planos e atividades diversas, buscando um rumo, uma direção. Constitui – se em uma ação intencional, com um sentido explícito, e um compromisso definido coletivamente, daí a articulação político pedagógica, visto que o PPP precisa estar comprometido com a formação política do cidadão para um tipo de sociedade (Veiga, 1995).

O PPP tem como função primeira a articulação de ações e intenções na escola para que “esta não perca se em atividades rotineiras e fragmentadas a intencionalidade político pedagógica de um projeto emancipador” (Souza, 2005)

Nesta perspectiva, o PPP construído coletivamente é elemento fundamental na organização das atividades, mediador das decisões e condução das ações da escola, permitindo a análise dos seus resultados e impactos, se constitui num retrato da memória histórica construída, num registro que permite a escola rever sua intencionalidade e sua história” (Souza, 2005).

Para Veiga (2004), enquanto instituição autônoma, a escola deve optar fundamentalmente por um referencial teórico-metodológico que permita o exercício de seu

direito à diferença, à singularidade, à transparência, à solidariedade e à participação na construção de sua identidade.

Vale ressaltar que a proposta é que o PPP de cada escola seja revisto em um curto período de tempo atualizando o que se fizer necessário de acordo com as reais necessidades da comunidade escolar. Mas será que isso acontece de fato?

Em minha atuação profissional tenho percebido que o PPP da escola atuante se encontra fora dos padrões estabelecidos. Encontra-se desatualizado desde o ano de 2012 e não contempla ações que deveriam ser contempladas de acordo com as legislações vigentes. Um dos aspectos não contemplados de forma alguma no PPP da escola é a educação das relações étnico-raciais, que não é tratada com interesse pela gestão. Na verdade, podemos dizer que a ausência da temática racial no PPP é algo que nos chama a atenção em um contexto no qual a legislação aponta para a necessidade de trabalharmos essas questões na escola durante todo o ano letivo.

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2006), esse “apagamento” da questão racial na escola e nos currículos escolares pode ser compreendido a partir da sociologia das ausências. A sociologia das ausências nos ajuda a compreender como o que não existe é ativamente produzido como não existente

Isso significa dizer que a ausência da questão racial nas instituições escolares, nos planejamentos oficiais e nos currículos é uma escolha que é intencional e não por acaso. É uma decisão que reflete as correlações de força existentes na sociedade brasileira que definem o que é importante o suficiente para ser aprendido na escola, o que deve ser ensinado para as futuras gerações.

Ao questionar essa situação de invisibilidade da temática racial nas escolas, estamos, segundo o autor, produzindo sociologias das emergências que buscam trazer à tona tudo que foi intencionalmente apagado. É nesse contexto que buscamos destacar as potencialidades da aplicação de fato da lei 10.639/03 como detonador de um processo de educação para as relações étnico-raciais (ERER) no cotidiano escolar.

Construir uma prática voltada para a educação das relações étnico-raciais tem sido um grande desafio para os educadores e educadoras. Este desafio se faz presente dentro da sala de aula, na instituição e, de uma maneira mais ampla, em toda a comunidade escolar, visto que, vivemos em uma sociedade que ainda não se deu conta da riqueza de sua diversidade

racial e cultural existente em nosso país. Segundo os indicadores educacionais, temos ainda dados alarmantes que demonstram as desigualdades raciais existentes no Brasil. Observa-se que no decorrer do século XX houve um aumento dos níveis de escolaridade média dos brasileiros(as), porém persiste uma discrepância quando comparamos a escolaridade entre negros e brancos.

Como o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana não é assunto a ser tratado em um só dia, ou em uma semana, contrariando uma lógica de trabalhar essa temática de forma pontual em Novembro, propusemos como uma intervenção pedagógica construir uma sequência didática que foi trabalhada no decorrer de todo o ano, intercalando com as aulas de gramática e ortografia, e , em muitas vezes, na utilização de textos com foco na ERER.

As turmas em que foram trabalhadas, são de pré-adolescentes e adolescentes com faixa etária entre 12 e 15 anos . São moradores da periferia do município de Nova Lima, em Minas Gerais, estudantes de escola pública. A grande maioria, são alunos pretos e pardos, de baixa renda familiar, e, perfil sócio econômico condizente com a região em que moram.

2.1. PRÁTICA PEDAGÓGICA

Inserção assunto: Educação das Relações Étnico- Raciais

Através livro ERER: Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, autores: Adomair O.Ogunbiyi, Ilma Fátima de Jesus – Ensino Fundamental I

O livro Educação das Relações Étnico-Raciais, Ensino Fundamental I possui uma linguagem adequada a faixa etária trabalhada, composto por unidades que contêm imagens, textos, exercícios e sugestões de livros, filmes e sites.

A primeira unidade a ser trabalhada foi a abordagem da identidade dos nossos alunos, seguida da importância da família. Em seguida foi trabalhada a diferença existente entre nós, marcando a presença do maior número de negros em determinadas cidades e estados brasileiros.

Por último foi apresentado ao corpo discente os diferentes povos e culturas e a luta e resistência no continente africano e a mostra das personagens negras de nossa história.

Foi demonstrado grande interesse por parte dos alunos nas atividades acima citadas.

Leitura livro: Pretinha, eu? Autor: Júlio Emílio Braz

A leitura do livro Pretinha, eu? - foi trabalhada em sala de aula e em casa. Alguns capítulos foram lidos em sala de aula em voz alta, para treinamento da leitura, e alguns capítulos foram lidos em casa, em revezamento com as aulas de ortografia e gramática.

Em uma semana a maioria dos alunos tinham feito a leitura do livro. Então fizemos uma roda de conversa sentados no chão para debate do livro. Em seguida fizemos uma atividade escrita, que retratava assuntos relacionados a leitura do livro, mas tinham indagações sobre a identidade dos mesmos.

Foi perceptível observar que a leitura do livro teve maior rendimento nos capítulos, realizados dentro da sala de aula, pois dúvidas eram sanadas no momento exato da leitura, fossem eles de interpretação ou de utilização de vocábulos desconhecidos pelo corpo discente.

Semana da Pátria

Na semana que comemoramos o dia da Independência do Brasil, foram trabalhadas diversas atividades livres, envolvendo dança, teatro e recitação de poesias, voltadas para a diversidade cultural e racial existente em nosso país, nomeando de “Somos a cor do Brasil”.

Trabalhos realizados fora da sala de aula mostram diversas habilidades dos alunos, muitas vezes desconhecidos por nós, professores. Assim, os alunos puderam mostrar um pouco mais de sua história, através de movimentos corporais.

Gênero Entrevista

Através do gênero entrevista foi trabalhado em sala de aula e também nas adjacências da escola questionários sobre questões raciais, como por exemplo algumas perguntas relacionadas abaixo:

- Qual a sua cor de pele?
- E a de seus pais?
- A de seus avós, você sabe?
- Você já sofreu algum tipo de preconceito pela cor de sua pele?
- Como é o seu cabelo?
- É fácil achar produtos para passar nele?
- Você o deixa natural ou faz “chapinha”? Por que?

Este gênero trabalhado se estendeu a casa dos alunos, pois foi uma atividade que mereceu destaque por sua grande repercussão na escola. Assim eles levaram para casa o questionário para os pais, parentes e vizinhos.

O resultado final foi gratificante, pois os alunos participaram com afinco e puderam compreender com maior facilidade o gênero entrevista.

Puderam perceber através das perguntas relacionadas aos familiares, fatores essenciais como por exemplo, a formação de sua origem.

Gênero HQ

Foi também muito trabalhado em sala de aula o gênero Histórias em quadrinhos com o tema: Racismo, onde os alunos colocaram experiências de vida deles próprios ou de colegas vivenciados na sala de aula.

O trabalho com Histórias em quadrinhos merece destaque nesta faixa etária trabalhada, pois ocorre uma aproximação maior do professor com um universo já conhecido pelo aluno, além da dinamização da conteúdo. Os estudantes já estão familiarizados com os quadrinhos, o que diminui as chances de desinteresse ou rejeição.

Mostra Cultural:

África Brasil: Máscaras Africanas, comidas típicas, capoeira e mural expondo diversos trabalhos realizados no decorrer do ano letivo.

Todas as atividades realizadas tiveram um grande comprometimento por parte do corpo discente, porém houve algumas dificuldades encontradas no início, no descobrimento da identidade e em algumas vezes na aceitação como negro e negra, mas houve a observação do amadurecimento e maturidade com que demonstraram desde o início desta sequência até a última, o que causa uma grande satisfação e dever cumprido.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As intervenções realizadas no âmbito escolar tiveram um caráter inovador e audacioso, visto que atividades relacionadas a educação étnico racial nunca tiveram tanto destaque anteriormente nesta escola. Houve o comprometimento e envolvimento do corpo discente em todas as atividades elencadas, o que gerou maior interação também por parte de demais disciplinas.

Portanto, existem várias possibilidades em trabalhar o racismo em sala de aula. É claro observar a carência dos alunos perante esse assunto, e, quando tratado em sala de aula, se transforma numa necessidade constante, principalmente nesta faixa etária considerada crucial na busca da construção da identidade.

É importante considerar o desconhecimento das instituições escolares e de seus profissionais, de maneira geral, de como reconhecer e lidar com as diversas “identidades”, que em um longo período de história estiveram ausentes dos bancos escolares. Muitas vezes percebemos que o ambiente escolar ainda não contempla saberes oriundos do corpo discente, ou seja, não permite maior autonomia aos seus alunos em propagar vivências do meio social de suas origens, produzindo uma falta de articulação com os saberes escolares.

O racismo está fortemente presente nas escolas, sejam através de brincadeiras ou apelidos alusivos à cor, e, na própria expectativa do professor quanto ao rendimento do aluno negro quando comparado ao branco. O corpo docente, na maioria das vezes, não recebe orientação pedagógica sobre a questão racial no Brasil, ou, se recebem, existe uma significativa parcela desses profissionais que pouco se interessam sobre esse assunto.

Dessa maneira, os professores assumem a direção de uma sala de aula sem ter noção dos problemas que irão enfrentar. As iniciativas que surgem partem isoladamente e são bastante raras. Quando há envolvimento da escola, o enfoque torna-se mais comemorativo do que questionador. Neste caso, são preparadas comemorações relativas ao dia da Abolição da Escravatura e, o Dia Nacional da Consciência Negra.

Levando em consideração a atuação do professor diante da questão racial em sala de aula, podemos ressaltar que o mesmo demonstra, muitas vezes como o mantenedor difusor do preconceito racial entre os alunos, seja por omissão, seja por efetivas declarações racistas, seja

pelo simples fato de desconsiderar a questão, por tratá-la como um problema menor ou inexistente”(p. 68).

A ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas raças que se confrontam pela primeira vez, tudo isso, mais as necessidades econômicas de exploração, predispueram o espírito europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais. O negro torna-se, então, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica (MUNANGA, 1986, p. 9)

Todo o trabalho realizado foi árduo e minucioso já que em algumas vezes houve o questionamento dos alunos em nunca terem tido aulas como essas anteriormente, ou seja, desde a educação infantil até o quinto ano. Mas, aos poucos, foram percebendo o quanto esse assunto é de extrema importância na escola e fora dela. Houve um aluno que me disse: *“Professora, eu não me conhecia. Agora me conheço, e me assumo: Sou preto, filho de minha mãe preta e meu pai branco. Orgulho a minha cor e sei que posso tudo, tudo o que eu quiser.”*

Meus olhos ainda se enchem de lágrimas ao lembrar desta frase que li, no trecho de um texto. E, sei que, isso é apenas um começo, ainda há muito que fazer se tratando da Educação para as relações Étnico Raciais na escola, mas, me orgulho dos meus alunos, orgulho também de ser professora de uma escola pública e não ensinar apenas gramática, mas sim ensinar pessoas a serem cidadãos de bem, cidadãos igualitários, inseridos na sociedade em que vivemos.

4. REFERÊNCIAS

CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

ARROYO, Miguel. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ARROYO, Miguel. Políticas educacionais e desigualdade: À procura de novos significados. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010.

SANTOS, B.S. A universidade popular dos movimentos sociais. In: SANTOS, B.S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 167-177.

FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1998.

ARROYO, M.G. Quando a violência infanto-juvenil indaga a pedagogia. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 787-807, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista crítica de Ciências Sociais*, 63, Outubro 2002: 237-280.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação como cultura*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MUNANGA, Kabengele (org) *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo, EDUSP, 1986.

SOUZA, Marina de Mello . *África e Brasil africano*. 1. Ed. São Paulo: Ática, 2006.

Canário, Rui. (Org.). *Educação popular e movimentos sociais*. Lisboa: Educa/UIDE, 2007.

NEVES, Carmem Moreira de Castro. Autonomia da escola pública: um enfoque operacional. In: VEIGA, Ilma Passos A. (Org). Campinas, Papirus, 1995.

AZEVEDO, Fernando. (org.). *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*. Manifesto dos pioneiros da educação nova. Campinas, n. especial, 2006.

5. ANEXOS

- Atividade avaliativa após leitura livro: Pretinha, eu?

Língua Portuguesa – E.M.Martha Drummond Fonseca

Atividade livro: Pretinha, eu?

Prof: Giovanna Gomes

Aluno(a) _____ 6º _____ Data _____

1 – Qual o título do livro que você leu? E o autor?

2- Por que o título do livro é uma interrogativa?

3- O narrador participa da história?

4- Quem é Vânia?

5- Qual a cor de pele de Vânia?

6- Quem é Carmita?

7- Qual a cor de pele de Carmita?

8 – Quem é Bel, a narradora do texto?

9- Qual a cor de pele de Bel?

10- Por que algumas alunas tinham inveja de Vânia?

11- Por que o livro se chama Pretinha, eu?

12- Qual a cor de sua pele?

13- Em sua casa, qual a cor de pele de seus pais?

14- Você já sofreu algum tipo de preconceito por causa de sua cor de pele?

15- “Uma menina negra ganhou uma bolsa de estudos em um colégio onde nunca havia entrado um aluno negro. Desencadeou-se uma história de discriminação, preconceito e muitas descobertas.”

O que você acha dessa afirmativa acima?

16 – Crie um texto abordando a discriminação racial existente em nosso país:

“Nunca julgue ninguém somente pela cor de sua pele, e sim pelo seu caráter.”

Boa prova



Prof.:Giovanna

- Projeto: somos a cor do Brasil

E.M.MARTHA DRUMMOND FONSECA
LÍNGUA PORTUGUESA
PROF: GIOVANNA GOMES
6º ANO – ENSINO FUNDAMENTAL
2015

SOMOS A COR DO BRASIL

“Respeitar as diferenças é acreditar na igualdade”.

Giovanna Gomes

**A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL É CONSTRUÍDA A CADA DIA COM O
NOSSO COMPROMISSO.**



Justificativa:

É preciso trabalhar a Independência do Brasil com nossos alunos, levando-os a conhecer os problemas sociais, econômicos e políticos que constituem obstáculos e dificuldades para o engrandecimento do nosso país, bem como as grandes realizações, marco da nossa história, a fim de proporcionar-lhes maior compreensão, amor e espírito de luta pelo Brasil.

Em março de 2003, foi aprovada a Lei Federal nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Essa lei altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e tem o objetivo de promover uma educação que reconhece e valoriza a diversidade, comprometida com as origens do povo brasileiro.

A escola é o lugar de construção, não só do conhecimento, mas também da identidade, de valores, de afetos, enfim, é onde o ser humano, sem deixar de ser o que é, se molda de acordo com sua sociedade. O Brasil, formado a partir das heranças culturais européias, indígenas e africanas, não contempla, de maneira equilibrada, essas três contribuições no sistema

educacional. Por isso, ter como meta a efetiva realização das prerrogativas dessa Lei é essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Em meio à diversidade de valores e culturas a que estamos inseridos, faz-se necessário repensarmos ações diante das atitudes de desrespeito com os afro-descendentes que forma a maioria da população brasileira sendo historicamente discriminados e desrespeitados em suas raízes e manifestações.

Assim sendo, percebe-se a necessidade de um trabalho constante desde as séries iniciais, proporcionando debates constantes, momentos de reflexão e valorização da cultura Africana, compreendendo sua importância para diálogo e convivência harmônica com a diversidade.

Objetivos:

- Despertar o amor à pátria.
- Respeitar as diferenças raciais.
- Despertar, através da reflexão, a consciência sobre os deveres para com o patrimônio escolar, valor e respeito aos colegas, professores e demais funcionários.
- Cantar e interpretar o Hino Nacional.
- Conhecer as diversidades naturais e políticas do Brasil.
- Conhecer a realidade, político, econômica e social que vivemos, redescobrimo a cidadania e

resgatando os valores éticos e morais.

Metodologia:

- Etapa 1: Debates sobre o tema em sala de aula, promovendo atividades relacionadas à nossa miscigenação.

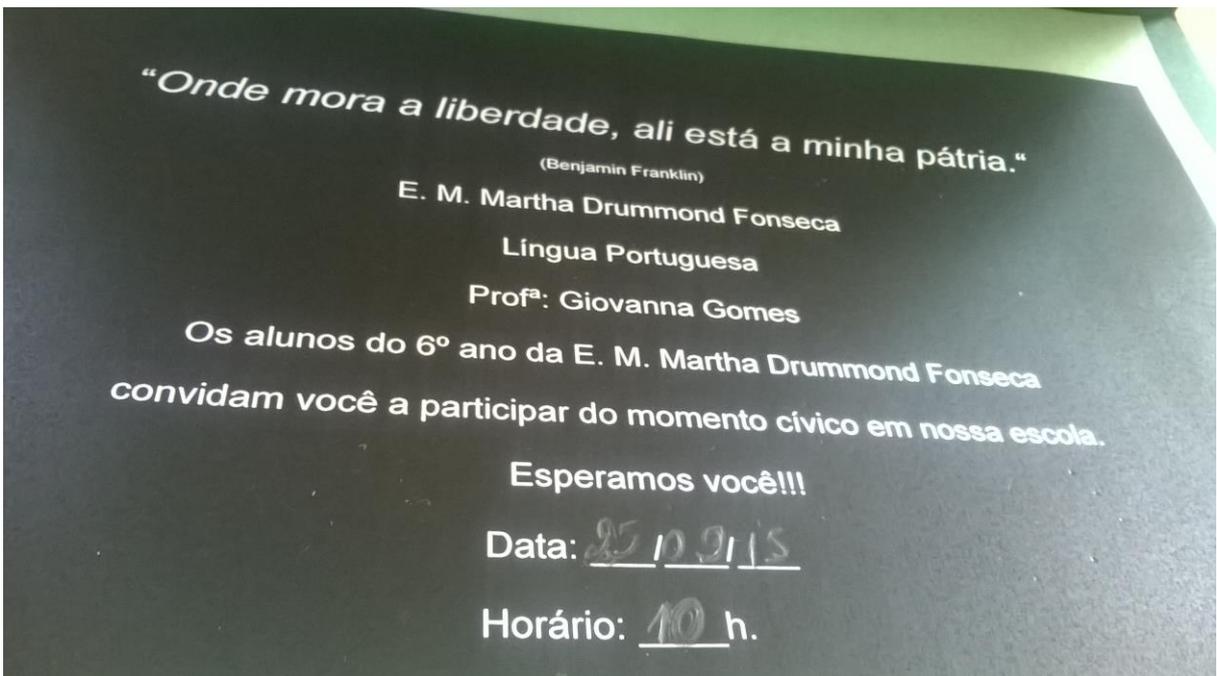
- Etapa 2: Confecção de mural gigante, demonstrando a nossa diversidade.

- Etapa 3: Apresentação de teatro e danças.

Resgatar a nossa história significa resgatar a nós mesmos da armadilha do esquecimento.

Significa reafirmar a nossa presença ativa na história africana e na realidade universal dos seres humanos.”

(Abdias Nascimento)



Convite apresentação: Somos a cor do Brasil



Apresentação: Somos a cor do Brasil



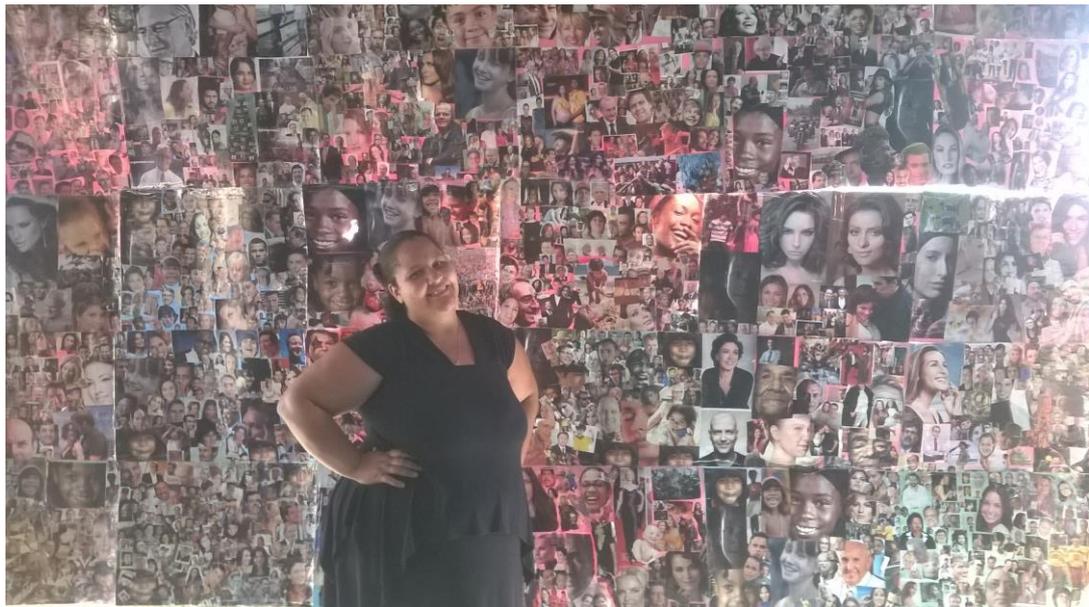
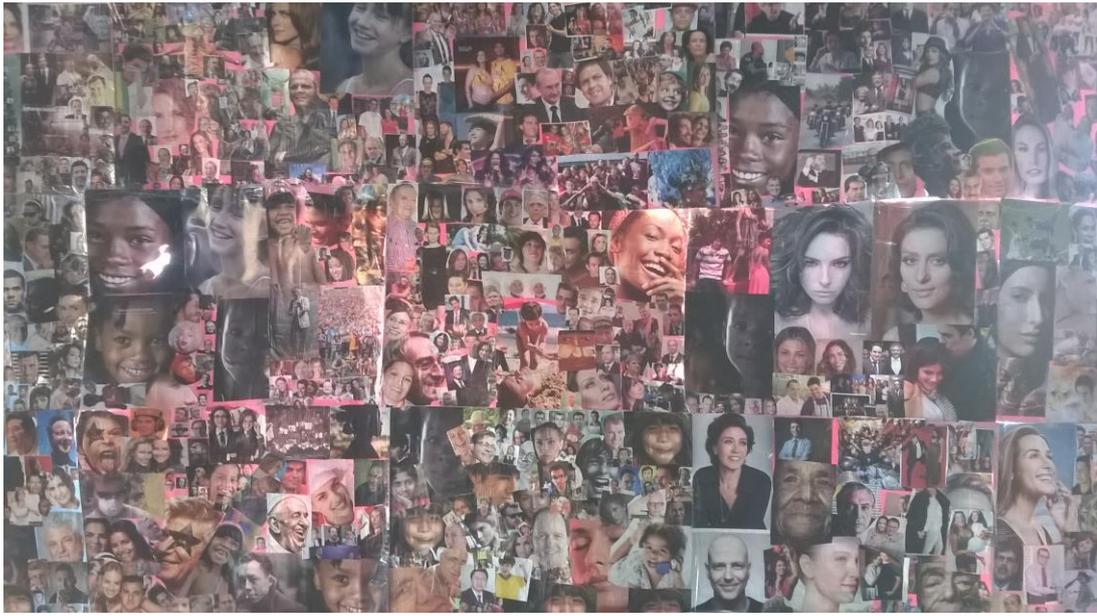
Apresentação: Somos a cor do Brasil



Apresentação: Somos a cor do Brasil



Apresentação: Somos a cor do Brasil



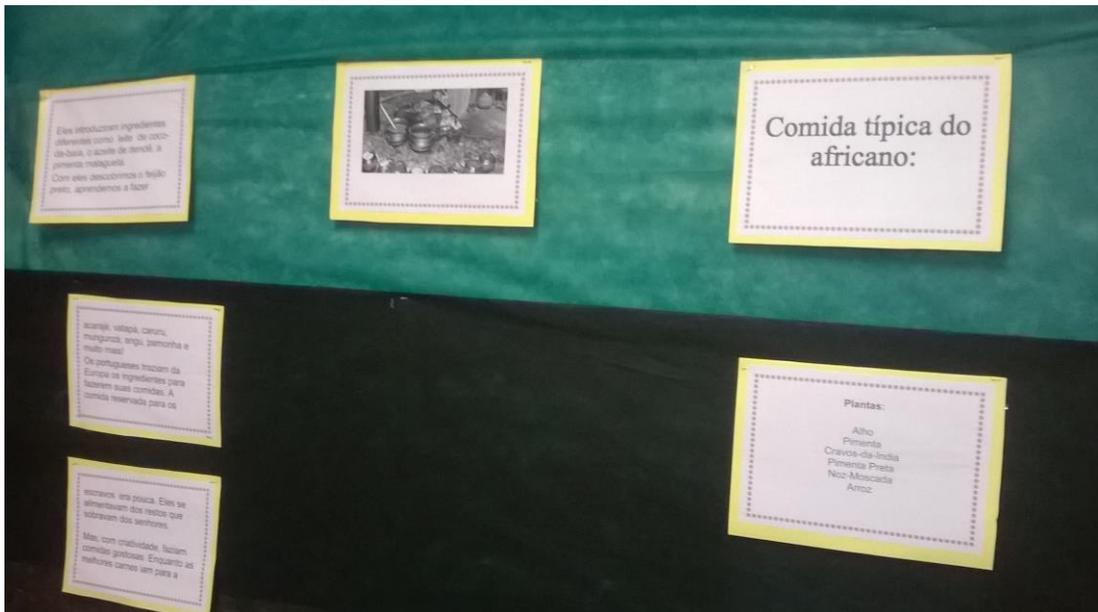
Painel gigante confeccionado pelos alunos
Viva a diversidade!



Alunos e professores assistindo ao filme: Vista minha pele



Mostra Cultural
África – Brasil



Mostra Cultural
 África – Brasil



A CAPOEIRA

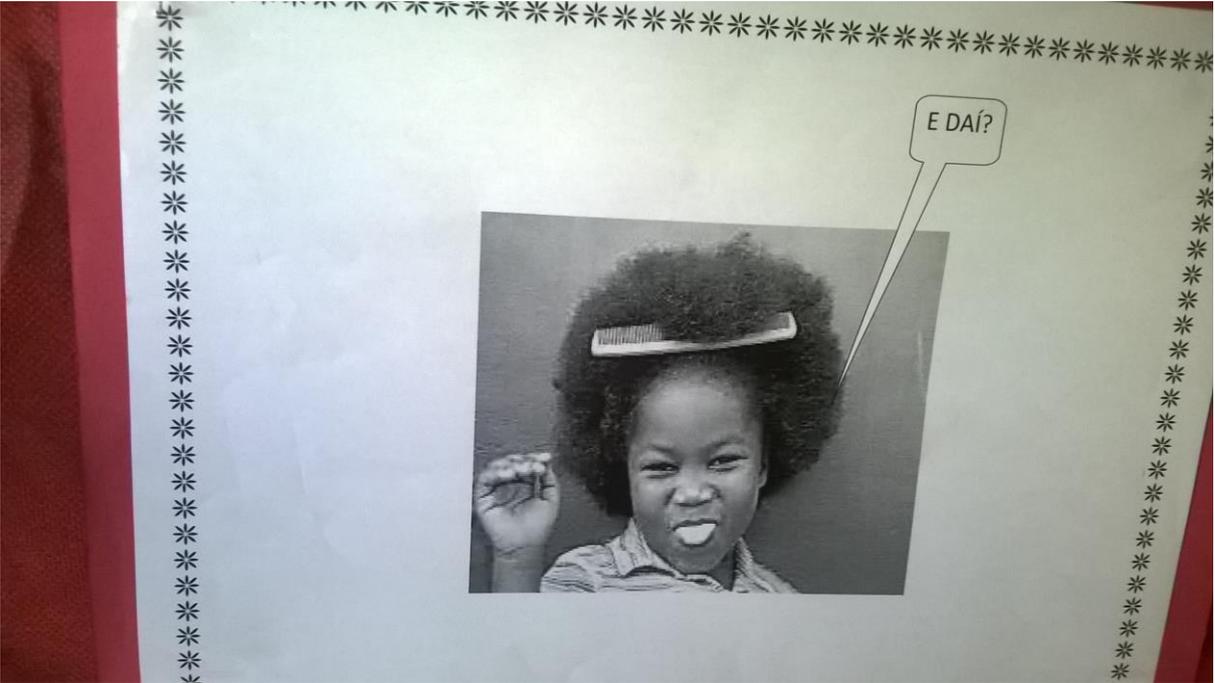
A história da capoeira começa no século XVI, na época em que o Brasil era colônia de Portugal. A mão-de-obra escrava africana era muito utilizada no Brasil, principalmente nos engenhos. Também produtores de açúcar do nordeste brasileiro. Muitos destes escravos vieram da região de Angola, também cultura portuguesa. Os ingleses, na África, tinham muitas danças ao som de músicas.

Os senhores de engenho proibiam os escravos de praticar qualquer tipo de luta. Logo, os escravos utilizaram o ritmo e os movimentos de suas danças africanas, adaptando a um tipo de luta. Surgiu assim a capoeira, uma arte marcial desafiada de dança. Foi um instrumento importante da resistência cultural e física dos escravos brasileiros.

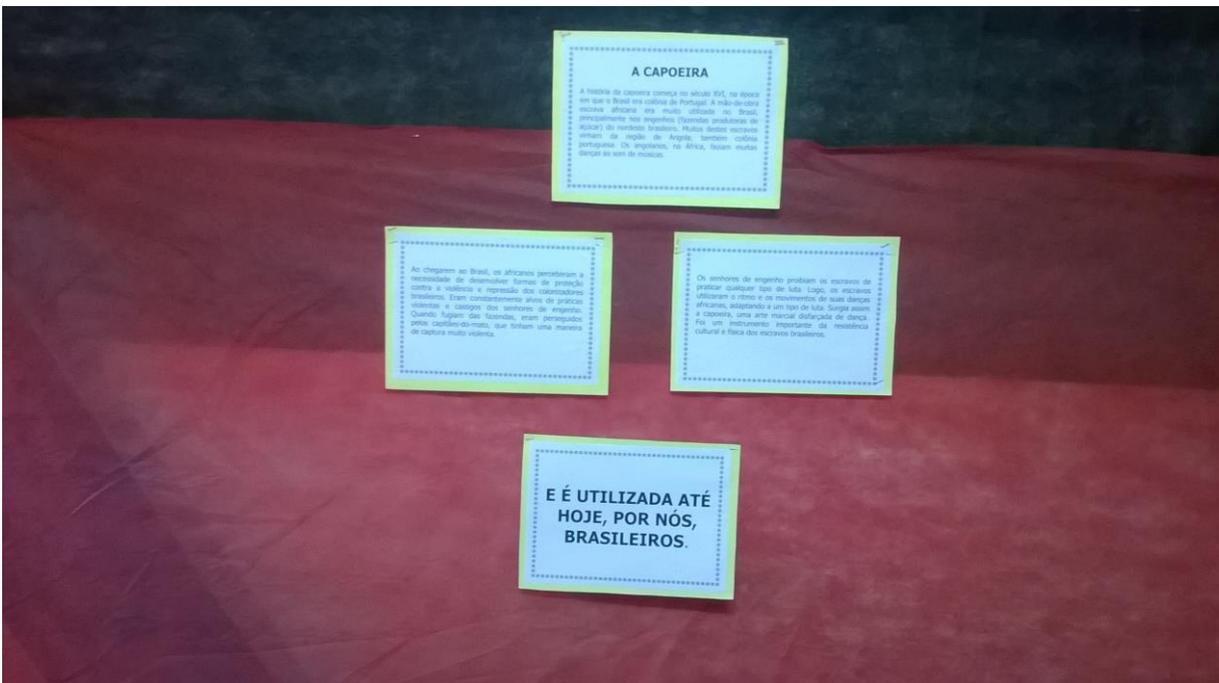
Após chegarem ao Brasil, os africanos perceberam a necessidade de desenvolver formas de proteção contra a violência e repressão dos colonizadores brasileiros. Foram constantemente alvo de práticas violentas e castigos dos senhores de engenho. Quando fugiam das fazendas, eram perseguidos pelos capangas-do-mato, que tinham uma maneira de capturar muito violenta.

E É UTILIZADA ATÉ HOJE, POR NÓS, BRASILEIROS.

Mostra Cultural África – Brasil



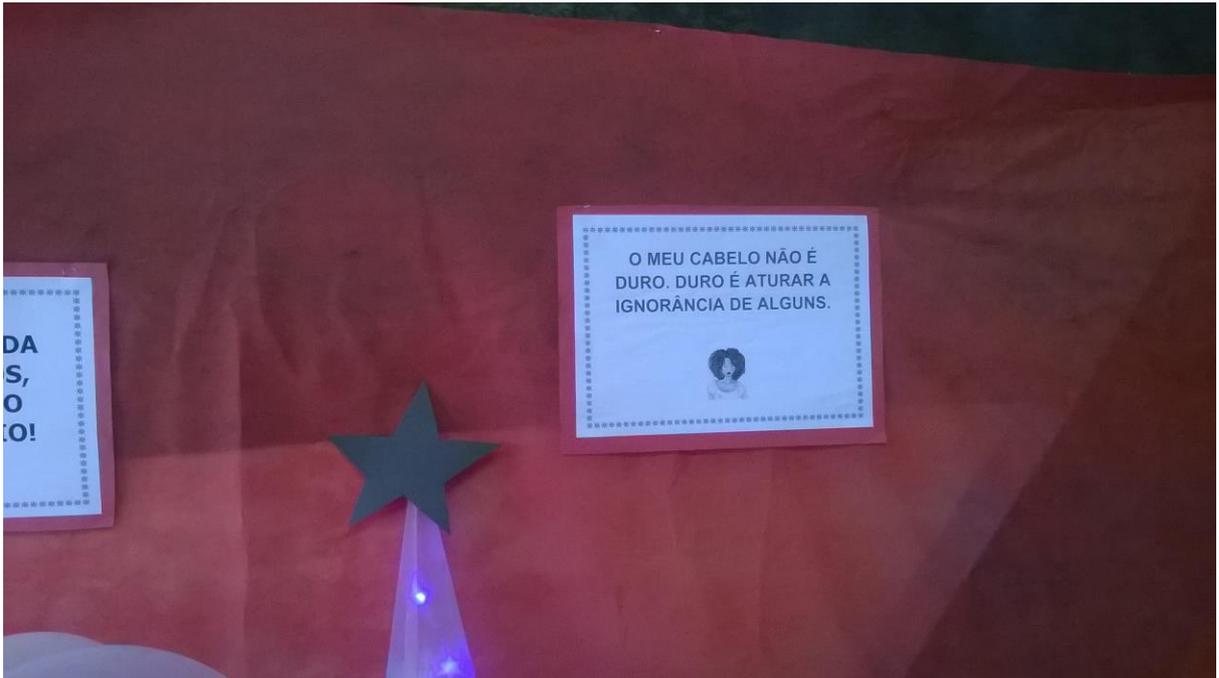
Mostra Cultural
África – Brasil



Mostra Cultural
África – Brasil



Mostra Cultural
África – Brasil



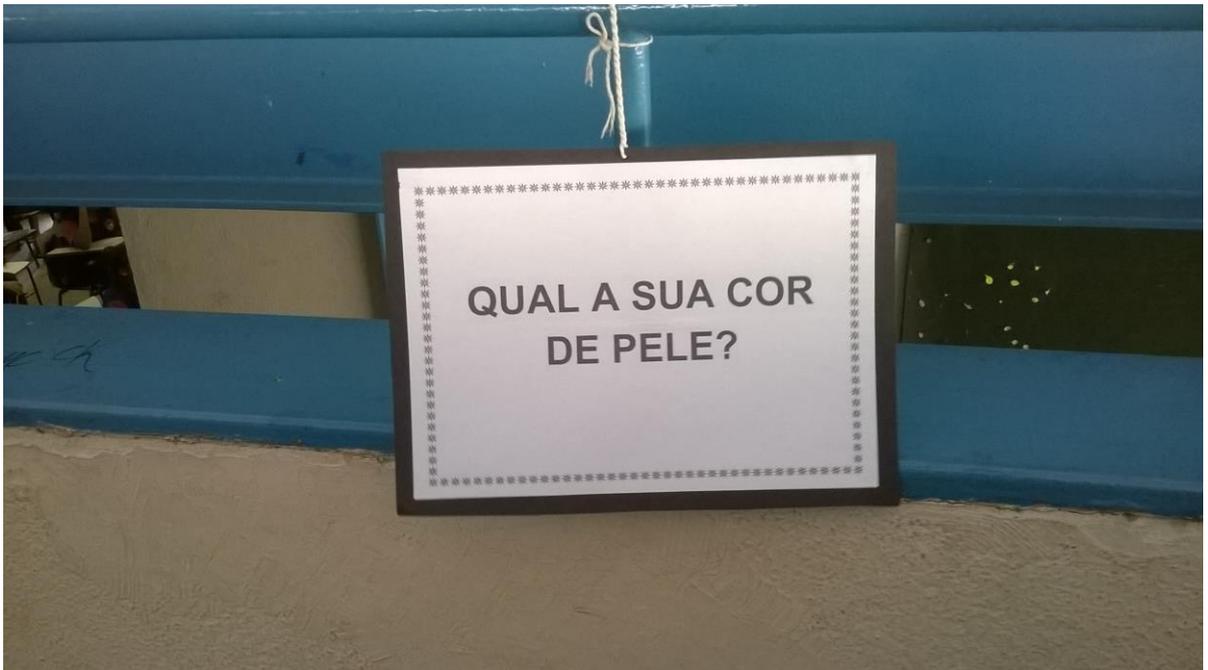
Mostra Cultural
África – Brasil



Mostra Cultural
África – Brasil



Mostra Cultural
África – Brasil



Todos os trabalhos foram realizados pelos alunos com a ajuda da professora.